

ENCERRAMENTO

COMPOSIÇÃO DA MESA

Marco Antônio Maciel, Vice-Presidente da República.
Tasso Ribeiro Jereissati, Governador do Estado do Ceará.
Pedro Malan, Ministro da Fazenda.
Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste.
Moroni Bing Torgan, Vice-Governador do Estado do Ceará.
Paulo Souto, Governador do Estado da Bahia.
Eduardo Azeredo, Governador do Estado de Minas Gerais.
José Targino Maranhão, Governador do Estado da Paraíba.
Francisco de Assis Moraes Sousa, Governador do Estado do Piauí.
Garibaldi Alves Filho, Governador do Estado do Rio Grande do Norte.
Beni Veras, Senador pelo Estado do Ceará.
Sérgio Machado, Senador pelo Estado do Ceará.
Juraci Vieira Magalhães, Prefeito do Município de Fortaleza.
Plínio Abreu Coelho, Comandante da 10ª Região Militar.
Waldeck Ornellas, Senador pelo Estado da Bahia.
Joel de Hollanda, Senador pelo Estado de Pernambuco.
José Agripino, Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte.
Freitas Neto, Senador pelo Estado do Piauí.
Geraldo Melo, Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte.

Mestre de cerimônia

Convidamos a todos para, de pé, entoarmos o Hino Nacional Brasileiro, que será executado pela banda de música da Polícia Militar do Ceará.

(Execução do Hino Nacional)

Os Srs. podem sentar-se. Registramos com prazer, neste auditório, as presenças ilustres dos Exmos. deputados federais Pinheiro Landim, representando o Presidente da Câmara Federal, deputado Michel Temer; Álvaro Gaudêncio, da Paraíba; Paes Landim, do Piauí; Roberto Pessoa, do Ceará; Manuel de Castro, da Bahia; José Carlos Aleluia, da Bahia; Marcelo Teixeira, do Ceará, e Haroldo Cedraz, da Bahia; a presença do Dr. César Viana, Secretário Estadual do Maranhão, representando a Exma. governadora Roseana Sarney; Dr. Jackson Lago, Prefeito Municipal de São Luís, Maranhão; Dr. Cícero Lucena, Prefeito Municipal de João Pessoa, Paraíba; Dr. José Haroldo Barros, Secretário Adjunto da Indústria, Comércio e Turismo do Estado de Sergipe, representando o Exmo. Governador do Estado de Sergipe.

Daremos prosseguimento à solenidade com a entrega do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, nas categorias profissional e universitária. Convidamos o Sr. Carlos Roberto Azzoni, primeiro lugar na categoria profissional, para receber o prêmio das mãos do Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Marco Maciel. Foram vencedores do Prêmio Banco do Nordeste de Economia Regional, em segundo lugar, Aristides Monteiro Neto; em terceiro lugar, Liana Maria da Frota Carleial, Tercina Barbosa Vergolino e José Raimundo Vergolino.

Convidamos a Sra. Maria de Fátima Lage Guerra, primeiro lugar na categoria universitária, para receber o prêmio das mãos do Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati. Na categoria universitária, o segundo lugar coube a Rodrigo de Oliveira Godinho e em terceiro lugar foram premiados Ruben Eurico da Cunha Pessoa e João Mário Santos de França.

Convidamos o Sr. Osmundo Rebouças, Diretor do Banco do Nordeste, para fazer a leitura do relatório de conclusão do Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento.

Osmundo Rebouças

Nós, no Banco do Nordeste, achamos que estas comemorações anuais de aniversário devem ser, além de comemorações, também reuniões de trabalho. Então, nesse espírito, nós vamos fazer aqui, rapidamente, um resumo das conclusões do Fórum realizado no ano passado, exatamente há um ano, para ver o que se fez em decorrência dessas recomendações.

Num dos painéis do Fórum do ano passado, uma proposta principal foi que se deveria promover a intervenção indutora do Estado, para complementação da infraestrutura econômica e social, do desenvolvimento científico e tecnológico e da

educação. Então nós tivemos a preocupação de ver, diante dessa recomendação, dessa prioridade, o que se fez de lá para cá, neste ano.

Nesse aspecto de “plano de estabilização e crescimento econômico do Nordeste”, temos a salientar que, no nível do Governo Federal, foram realizados dezenas e dezenas de projetos, com recursos assegurados, principalmente no Plano Plurianual, no Programa Brasil em Ação. Temos aqui, só no setor de transportes, sete importantes projetos com recursos assegurados no Brasil em Ação: Hidrovia do São Francisco, Porto de Suape, Porto do Pecém, Ferrovia Norte-Sul e assim por diante. São projetos de alta importância para a infra-estrutura da região Nordeste, que mostram que as recomendações de um ano atrás se transformaram em ações concretas de governo, em prol da Região.

Na área de recursos hídricos, podem ser citados três grandes projetos que vieram em decorrência de recomendações, como o novo modelo de irrigação, o projeto Pró-Água e o açude Castanhão; na área de energia também três grandes projetos, como Xingó e Gasoduto, todos em execução efetiva.

Na área de educação, projetos importantes, como educação a distância e descentralização dos recursos para a área municipal, são recomendações que se transformaram efetivamente em ações concretas de governo. No setor financeiro, a nível nacional, mas com repercussão positiva no Nordeste, o Proer e importantes mudanças no BNDES, na Caixa Econômica e assim por diante.

No âmbito do Banco do Nordeste, as recomendações de fortalecimento pelo crescimento do Nordeste foram plenamente atingidas. Só para citar algumas, as aplicações do Banco chegaram a mais de R\$ 2,5 bilhões em 1996 e vão agora num ritmo ainda maior; foram implantados dentro do Banco do Nordeste cerca de 19 projetos estruturantes, dentre eles o de Capacitação Técnica e Gerencial e, destacando-se agora, especialmente, o projeto de Agentes de Desenvolvimento; e realizadas outras ações de relevo, como o protocolo de intenções com a Finep, o projeto para dinamização dos pólos regionais de desenvolvimento e o PRODETUR. Todas são realizações do Banco do Nordeste, seguindo recomendações desse primeiro painel realizado há um ano.

O segundo painel do ano passado, falando em inserção competitiva do Nordeste nos Blocos Econômicos: Mercosul, Nafta, União Européia, teve uma recomendação principal que foi identificar setores e atividades de competitividade dinâmica e exportadora para inserção do Nordeste nos blocos econômicos.

Nesse aspecto, no âmbito de atuação do Governo Federal, temos que registrar a forte atuação dentro do Mercosul, começando, no fim do ano passado, com a realização, aqui neste local, da Reunião de Cúpula do Mercosul, já como uma espécie de desdobramento das recomendações aqui discutidas neste auditório, inclusive com a presença do ministro José Botafogo Gonçalves. A medida provisória que definiu incentivos fiscais ao setor automobilístico é outra que se coaduna com as recomendações do nosso Fórum do ano passado.

No âmbito do Banco do Nordeste, nesse aspecto de oportunidades de comércio exterior e inserção nos grandes blocos, foi instalado o projeto estruturante “Oportunidades e Promoção de Investimentos”, que está em andamento e tem importante atuação dentro das prioridades do Banco. Eventos internacionais em várias cidades do Brasil e do exterior foram realizados e estão sendo realizados ainda, além da participação do Banco no projeto “Iniciativa pelo Nordeste”, que é um projeto com

recursos do Banco Mundial para determinados setores prioritários. Ou seja, são atuações do Banco do Nordeste seguindo as recomendações que foram feitas há um ano e se transformaram em ações concretas.

No terceiro painel do ano passado, sobre “Instituições Financeiras de Desenvolvimento no Século XXI”, foi feita forte recomendação de diminuir as taxas de juros, vez que a elevada taxa verificada inviabiliza a implantação de projetos de investimento. Nesse aspecto, o Governo Federal tomou importantes iniciativas, principalmente no que se refere à TJLP, que caiu de 16 para 10% e vai cair para menos de 10%, conforme disse ontem o ministro Antônio Kandir, e que na área do BNDES deve chegar a 11% ou um pouco mais já a partir do próximo mês.

No âmbito do Banco do Nordeste, nesse ponto, tivemos as recomendações e atividades ligadas a programas especiais, com taxas de juros mais favoráveis, como o PROGER, que é um programa de alto impacto de geração de emprego e renda a baixo custo; tivemos também o aumento do capital do Banco em R\$ 100 milhões, que está sendo complementado este ano por outra quantia igual, permitindo a alavancagem de novas fontes de recursos para o desenvolvimento da Região.

São esses os principais painéis do ano passado e a seqüência de ações adotadas em consonância com as conclusões do Fórum.

Nos painéis de ontem e de hoje, as principais recomendações referem-se a assuntos, eu diria, mais de nível nacional, até, do que de nível regional. Como fosse a globalização tornando a economia nordestina mais uma economia nacional do que propriamente regional. Ontem, já na abertura, o ministro Antônio Kandir falou dos grandes desafios que atualmente enfrentam o Governo e a sociedade, principalmente no sentido de manter e consolidar o processo de estabilização da moeda e criar oportunidades de geração de emprego e renda. Então ele disse que tem havido realmente o primeiro avanço de controle da taxa de inflação – o grande desafio é consolidar essa conquista; e quanto ao segundo desafio, de oportunidades de geração de emprego e renda, falou em 12 eixos de desenvolvimento, citando especialmente no Nordeste a área Atlântica, o Vale do São Francisco, a Transnordestina e as prioridades do Plano Brasil em Ação. Ele elogiou repetidamente o Programa de Agentes de Desenvolvimento do Banco do Nordeste.

Passamos para o segundo painel do encontro: Emprego e Globalização. Nesse painel, os principais expositores – professor Paulo Haddad, Dr. Daniel Oliveira – falaram da dificuldade em gerar emprego de boa qualidade (essa foi uma tônica do encontro de ontem). Falaram também no problema de que a partir de 1990 houve uma queda no emprego e que na abertura havida depois de 1990 se associou um processo de recessão que agravou o desemprego; e mencionaram o deslocamento do emprego secundário para o emprego no setor terciário, significando que a característica do emprego está mudando, setorialmente; e a informalidade avançando para 45% dos empregados sem carteira. Esses são problemas citados e houve também algumas recomendações quanto à escolaridade da mão-de-obra, que precisa ser melhorada, pois no Brasil a escolaridade média do trabalhador é de apenas 4 anos, enquanto nossos vizinhos no Mercosul têm média de sete anos. Isso é um desafio, como se fosse uma recomendação para nós pensarmos seriamente em melhorar o nível educacional da mão-de-obra.

Houve também nesse painel de emprego prioridades relacionadas com localização empresarial e seus reflexos no emprego, custo da mão-de-obra, globalização e seus problemas de polarização entre países e dentro de cada país e seus reflexos no emprego, citando que não existe um modelo industrial único; não se pode copiar o modelo de desenvolvimento dos tigres asiáticos para o Brasil, necessariamente não é uma solução. Salientou-se fortemente a terceirização do emprego, e o enfraquecimento dos movimentos sindicais, em decorrência da natureza do emprego, que está mudando.

Então no caso do PROGER, do Banco do Nordeste, estão-se incrementando centenas de milhares de empregos que não são aqueles empregos formais com carteira assinada, de patrão e empregado, mas são mais microempresários e muitos autônomos. Houve também uma referência especial ao problema das novas ocupações que estão ocorrendo no Brasil, principalmente em São Paulo, que não são necessariamente ocupação formal. A recomendação é retomar as políticas públicas para resolver o problema do emprego e dar certa prioridade ao programa de renda mínima.

Houve também referências a que prefeituras assumissem cada vez mais papel positivo na geração de renda e emprego. Isso foi citado especialmente pelo prefeito de Teresina, e houve também, repetidamente, referência ao problema dos trabalhadores sem carteira que se elevam sistematicamente no Brasil. Houve uma menção ao problema de custo da mão-de-obra que, apesar de não cair em termos absolutos, cai no valor do faturamento, mas mesmo assim não gera mais emprego no setor formal.

Houve referência, principalmente pelo Daniel Oliveira, presidente do Codefat, de que deveria haver mais flexibilização da legislação trabalhista, e quanto a isso houve polêmica, com o argumento de que não há, necessariamente, um efeito positivo sobre emprego, citando exemplos como Espanha, em que a legislação é até mais flexível que no Brasil e o problema do emprego não foi resolvido. E houve referência de que a perda do emprego no setor formal do Nordeste foi metade da perda de emprego no setor formal do Brasil. No Brasil, em média, o Nordeste perde menos emprego formal do que no resto do País.

No terceiro painel, referente a “reestruturação do setor industrial e os novos fatores locacionais”, há um registro importante, de que nos últimos dez anos observa-se uma reconcentração do setor industrial, no Nordeste e Sul do Brasil, agravando a desigualdade regional, e que nos próximos cinco a dez anos não se vê tendência clara de reversão desse movimento.

Houve também referências ao problema da ausência de uma política nacional e regional industrial para o País, gerando desperdícios de recursos numa política predatória de guerra fiscal, por falta de uma coordenação nacional de uma política industrial e regional bem definida. Outra conclusão é que os velhos fatores locacionais ainda são importantes para a indústria tradicional – eles estão influenciando a vinda para o Nordeste de indústrias tradicionais, como do setor têxtil, bebidas, calçados, vestuário, mas esses fatores não têm sido suficientes para trazer as indústrias dinâmicas para o Nordeste.

Foi dito, ainda, que política relevante para o Nordeste seria uma sustentação de cadeias competitivas envolvendo micro e pequenas empresas; um desenvolvimento que fosse sustentável na cadeia total de produção, do início ao fim de cada tipo de processo produtivo. Houve referências a aspectos positivos do Plano Real na distribuição de renda e aumento na escala do consumo nacional, mencionando-se que no Nordeste houve efeito positivo mas que estaria na fase de esgotamento e que a região Nordeste

deveria ter prioridade no setor de serviços mais sofisticados, como *hardware*, *software*, engenharia de ponta, biotecnologia etc, mas essa prioridade não está havendo.

Houve referências, ainda nesse painel, à necessidade de envolvimento da sociedade. Onde tem havido esse envolvimento tem-se verificado sucesso nos programas de governo e nisso é citado aqui o programa de Agentes de Desenvolvimento, que envolve a sociedade, é muito participativo e essa seria a razão do sucesso do programa de Agentes de Desenvolvimento, associado com o PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda.

Foram mencionados o importante papel do BNDES e seus esforços de desconcentrar suas aplicações do Sul e Sudeste para o Nordeste, nos últimos três anos.

O penúltimo painel, de infra-estrutura para o novo ciclo de desenvolvimento, destacou especialmente a necessidade de prioridade na educação básica para a Região, para tornar competitivo o seu parque industrial e outros tipos de setores. A descentralização nas ações educacionais é fundamental. É uma recomendação especial, além do que já se tem feito.

Houve nesse painel novamente a preocupação com a reconcentração econômica que estaria acontecendo hoje nas regiões Sul e Sudeste do País e que o modelo de privatização e de concessões está-se direcionando essencialmente para as regiões mais ricas do Brasil. O financiamento da infra-estrutura nordestina deveria ser prioridade especial do Governo Federal e não se basear apenas nas ações do setor privado para regiões como esta; e deve-se estender essa necessidade de financiamento para infra-estrutura de irrigação.

A referência foi feita também na nova etapa do desenvolvimento, com perigo de agravar as desigualdades regionais, e deveria evitar mais uma vez, repetindo, a situação baseada apenas na empresa privada. Ou seja: houve muita ênfase no papel do setor público que deve continuar importante na região Nordeste; e temos ainda uma recomendação de que se deveria adotar política de infra-estrutura para a região Nordeste a fim de não deixá-la a cargo do setor privado. E houve a referência especial de que a infra-estrutura disponível é que determina a competitividade de uma região. Então, a ênfase na infra-estrutura é ponto chave na recomendação desse painel e também as referências a que o BNDES, IPEA e também o Banco do Nordeste estão procurando verificar e analisar os grandes eixos de desenvolvimento e verificar as suas oportunidades de investimento.

Finalmente, no último painel de hoje a tarde, referente a globalização, estabilidade e desenvolvimento nacional equilibrado, houve referência sobre o lado positivo da globalização, como queda de tarifas que está aumentando a concorrência, diminuindo os custos; aumento no influxo de investimentos estrangeiros, privatização etc. Ao lado desses pontos positivos existem os pontos negativos: problemas de diminuição do centro de decisão em determinadas áreas, regiões e países; a matriz da multinacional fica no exterior, a indústria que vem para o Nordeste deixa seu centro de decisão em São Paulo, por exemplo. Então houve mais uma vez a ênfase no fato de que mais igualdade regional não se deve basear no mercado apenas, mas deve-se contar com a força política da região Nordeste. Houve uma referência especial que a globalização é muito complexa para o setor público, mais do que para o setor privado. Uma grande dificuldade é ajustar o setor público à globalização, que é uma tarefa eminentemente política.

E, finalmente, tivemos referência de que o desequilíbrio regional no Brasil é muito forte, exige um poder central forte. No Nordeste, não podemos esperar milagres, mas o papel do setor público deve ser complementar ao setor privado, não podendo deixar o setor privado decidir sozinho. Fortalecer o governo central para esse fim, inclusive com apoio de estados e municípios, é importantíssimo. Na referência final, para aumentar nossa capacidade de exportar, esforço conjunto entre Governo Federal e estados e que o Nordeste tem toda capacidade, tem possibilidade de responder aos desafios externos.

A inserção sustentada do Nordeste no processo de globalização é viável e a referência final aos microcréditos do Banco do Nordeste, em associação com o Banco Mundial, que está para começar, tem grandes possibilidades de dar impacto social na ação do Banco do Nordeste. Então nesses painéis de ontem e hoje são essas as principais recomendações e preocupações e no próximo ano vamos ver o que se tomou de medidas concretas para ver como atender a essas recomendações. Muito obrigado.

Mestre de cerimônia

Registramos com prazer a presença, neste auditório, do Exmo. deputado Cleuber Carneiro, presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; do Secretário de Estado da Agricultura de Minas Gerais, Dr. Alysson Paulinelli; dos Srs. Secretários Estaduais do Estado do Ceará, na pessoa dos secretários Assis Neto, de Governo, Ednilton Soárez, da Fazenda, e também do general Cândido Vargas, da Segurança Pública e Defesa da Cidadania. Senhoras e senhores, fará uso da palavra, nesse instante, o Sr. Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste.

Byron Queiroz

Senhores empresários, presidentes de representações empresariais de diversos Estados, senhores representantes dos demais órgãos federais, estaduais, incluindo aí secretários de estados e dos municípios, presidentes de autarquias e sociedades de economia mista, senhores diretores, senhores funcionários do Banco do Nordeste, senhores membros do conselho diretor da ANPEC – Associação Nacional dos Cursos de Pós- Graduação em Economia, nosso parceiro neste evento, e que fez realizar o segundo encontro regional de economia, nossas saudações aos dois contemplados com o primeiro Prêmio Banco do Nordeste de Desenvolvimento Regional, minhas senhoras, meus senhores.

O aniversário de 45 anos do Banco do Nordeste acontece num momento de grande importância para a empresa. Estamos consolidando nesses dois anos de árduo trabalho, motivados, por que não dizer, por exigência da própria sociedade, o maior processo de transformação da história do Banco do Nordeste.

Podemos dizer hoje que somos uma nova empresa e que estamos nos preparando a cada dia para os desafios de um mundo econômica e culturalmente globalizado. Essa mudança vem exigindo do Banco do Nordeste, seus dirigentes, seus técnicos, seus funcionários de uma maneira geral, muita criatividade, eficiência, capacidade operacional, articulação político-institucional e precisão quanto a seus espaços

institucionais e na busca das parcerias que devem, em cada momento, potencializar as suas ações.

O principal objetivo é inserir o Banco no atual contexto de modernidade, agilidade e competitividade e, com esse novo perfil, estar apto ao fiel cumprimento de sua missão, que é de promover o desenvolvimento regional através do suporte financeiro e da capacitação técnica e gerencial dos agentes produtivos.

Dentro desse quadro de profundas mudanças que vêm ocorrendo e, por certo, continuarão a ocorrer no Banco do Nordeste, com ressonância concreta no desenvolvimento regional, desejamos fazer aqui algumas rápidas considerações, abordando os principais passos dessa transformação.

Como instituição pública, tínhamos que nos conscientizar e adotar uma prática de política movida pela constatação de que nossas ações devem todas elas se voltar com o intuito de servir à sociedade e nunca dela nos servirmos. Com a definição clara que o cliente do Banco do Nordeste é o agente produtivo regional, o Banco vem focando suas ações naqueles que geram emprego, renda, impostos, oferecem serviços, promovem as pessoas e inserem os nordestinos no processo de desenvolvimento. É o agente produtivo aqui entendido em todas as suas dimensões.

Aos médios e grandes, que devem saber conduzir seus destinos, cabe ao Banco do Nordeste motivá-los e estimulá-los à busca dos parâmetros da competitividade. Aos micro e pequenos, o papel do Banco extrapola o repasse do crédito. Nossa atuação é bem maior. Temos que preparar esse agente produtivo para receber o crédito, capacitando-o, organizando-o, inserindo-o nas cadeias produtivas, enfim, tornando-o também competitivo, para que ele possa promover o surgimento de investimentos sustentáveis, capazes de agregar valor à Região, ao seu próprio destino e ao seu povo.

A transformação do Banco do Nordeste vem exigindo noção forte de “empresariamento”, onde se busca velocidade nas ações, descentralização nas decisões e uma ampliação da capilaridade de nossa atuação. Não sendo o momento de abrir novas unidades operacionais, mas devendo procurar sempre levar sua presença a todos os municípios onde possa incorporar conhecimento da realidade local, base de dados conseqüente, capacidade de liderança para congregar, reunir, formar agendas conseqüentes de compromissos junto com os diversos parceiros responsáveis pelas intervenções no processo de desenvolvimento, para essa função, o Banco do Nordeste selecionou e vem treinando, já em campo, 450 profissionais, os agentes de desenvolvimento, de modo a atender os 1.875 municípios de sua área de atuação. Cada agente atende, portanto, a uma média de quatro municípios.

Com base nesse novo direcionamento estratégico, o Banco do Nordeste reorientou sua rede de agências, adequando o modelo de cada unidade às características de seu mercado. Aperfeiçoou de forma acentuada a atuação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, conferindo-lhe nova feição, levando-o a interagir com universidades e centros de excelência do mundo inteiro, a exemplo do MIT.

Este Fórum de Desenvolvimento e o II Encontro Regional de Economia, realizados em integração com a comunidade acadêmica, através da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia-ANPEC, revitaliza ainda mais o papel do ETENE e com isso o Banco ganha em qualidade nas suas pesquisas e nas informações sobre a Região, sobre o País e sobre o mundo.

O processo de reestruturação e organização do Banco do Nordeste tem avançado em todas as suas áreas. Foram redesenhados todos os processos da Direção Geral,

eliminando-se retrabalhos, desperdícios e construindo uma nova arquitetura organizacional, buscada por modernidade e avanços tecnológicos. Aperfeiçoaram-se os instrumentos de gestão dos recursos humanos, formando-se novas competências e dando uso mais produtivo à força de trabalho do Banco. Para isso foram deslocados cerca de 1.100 funcionários da Direção Geral, de um total de 1.500 que estavam lotados aqui em março de 1995, para que eles pudessem atender às necessidades daquelas unidades dos diversos locais onde a ação do Banco tem que acontecer.

Nos dois últimos anos, foram ofertadas mais de 22 mil oportunidades de treinamento, atingindo cerca de 80% da força de trabalho do Banco, por repetidas intervenções. Todo esse trabalho de interiorização da ação do Banco do Nordeste não impediu que ele procurasse realizar parcerias com organismos multilaterais e bilaterais, objetivando a captação de recursos no mercado externo, tendo obtido sucesso em seguidos lançamentos de títulos na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia, além de promover associações com as corporações financeiras do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da própria BNDESPAR, para patrocinar fundos de empresas emergentes, já em fase de instalação no próximo mês, e também para associar-se ao Banco Mundial, como foi já frisado aqui, para lançar linhas de microcrédito para atender ao setor informal em outros matizes, voltados para o pequeno capital de giro.

Em nível estadual, o Banco do Nordeste vem firmando protocolos com todos os governos da Região, no sentido de promover intervenções duradouras e estruturadas na economia de cada Estado, de acordo com as maiores necessidades. Essa atuação verifica-se principalmente na relação de culturas com forte valor agregado para a Região e na ampliação das atividades que apressem o processo de geração de emprego e renda em todos os setores.

Construiu-se um novo modelo orgânico, em que o agente produtivo regional é o definidor maior da ação do Banco do Nordeste. Essa nova forma de atuação vem permitindo ao Banco atingir resultados expressivos: em 1996, o Banco do Nordeste injetou na economia nordestina R\$ 2.500 milhões, quase quadruplicando o volume aplicado em 1994, e gerou cerca de 570 mil oportunidades de emprego. Acrescente-se à multiplicação do volume de recursos alocados à economia o fato de que apenas 35% do montante desses recursos advieram do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, quebrando uma dependência que já nos começava a incomodar e preocupar, porque a nível de 1994 a participação dos recursos constitucionais já ultrapassava 80% das aplicações do Banco.

O incremento do volume de recursos aplicados na Região também vem contribuindo para elevar a participação média do Banco no montante de recursos colocados a serviço do financiamento da Região como um todo. Em 1995, o Banco participava com 43% do financiamento do setor privado da Região, dados do SISBACEN, do Banco Central. Em 1996 elevamos esse patamar para 55%.

Com mais recursos e procurando ser bastante mais ágil na aprovação de projetos, o Banco elevou o número de operações de longo prazo realizadas anualmente, de cerca de 27 mil operações em 1994, para 144 mil operações realizadas em 1996. A média mensal, já no ano de 1997, ultrapassa 20 mil operações, o que deverá atingir cerca de 250 mil operações e beneficiar mais de 500 mil mutuários, como saldo final no ano de 1997. Ou seja, 500 mil clientes, aqueles agentes produtivos. Somos hoje um pouco

mais de 400 mil, deveremos terminar o ano com mais de 500 mil, com essa média de 20 mil operações por mês.

Minhas senhoras e meus senhores:

Relatar os passos da transformação do Banco do Nordeste ensinaria muito tempo. Citei-lhes apenas alguns momentos. Mas não poderia deixar de frisar aqui os parceiros desta transformação. O Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, que não tem poupado estímulos e aprovação à nova forma de atuação do Banco. Na última semana, veio a Boquim, em Sergipe, para encerrar o Encontro dos Agentes de Desenvolvimento, do qual participava também toda a Administração do Banco, como vimos há pouco no filme, e visitar alguns projetos, tanto lá no Estado de Sergipe como no Estado da Bahia, de intervenções articuladas entre o Banco e os governos desses Estados.

Ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, o nosso agradecimento, não só por sua honrosa presença neste evento, como pelo seu constante acompanhamento às nossas ações e a todas as intervenções transformadoras da Região, inclusive sendo um estimulador do processo de integração com o MERCOSUL, com presenças continuadas em eventos e até nos países da América Latina que compõem o MERCOSUL.

Ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, que tem sido um grande partícipe do desempenho do Banco do Nordeste, concedendo-nos o indispensável apoio nas propostas apresentadas e também pela orientação firme e segura e pela motivação permanente.

Neste momento de avaliação, o Banco do Nordeste agradece também a todos os governadores da Região e ao Governador de Minas Gerais, pelo reconhecimento e pela parceria que, com mensagens constantes de encorajamento, fazem com que nós continuemos perseguindo a trajetória em que estamos caminhando.

Ao valoroso e operoso corpo de funcionários do Banco do Nordeste também gostaríamos de trazer o nosso reconhecimento especial. Conscientes da nobre missão da empresa a que pertencem, os funcionários estão comprometidos com o processo de mudança e não têm medido esforços para fazer acontecer as transformações que são necessárias.

Hoje, passados dois anos do início dessas mudanças, não temos dúvida de que havia latente no coração de cada componente da talentosa equipe do Banco do Nordeste um grande anseio para transformar a empresa. Toda empresa que conta com uma força de trabalho tão qualificada e comprometida como a do Banco do Nordeste não teme desafios. E a cada funcionário do Banco, o nosso reconhecimento pela energia e esforços despendidos e a conclamação para que continuemos a jornada, que está apenas começando.

O Banco do Nordeste também agradece e registra com ênfase o apoio dos senhores congressistas, senadores e deputados federais, o encaminhamento de todos os assuntos que dizem respeito à Região e ao fortalecimento do Banco, para que ele possa servir bem à Região. Enfim, devemos registrar os nossos agradecimentos às universidades, às organizações não governamentais, aos institutos de pesquisa, à Sudene, que são nossos parceiros institucionais, como aos diversos ministérios com quem temos tido atuação permanente, inclusive com presença constante dos diversos

ministros das áreas que podem interagir com o Banco, como é o caso do Ministro da Fazenda, Ministro do Trabalho, Ministro de Indústria e Comércio, Ministro do Meio Ambiente, Ministro da Cultura, Ministro da Agricultura, Ministro do Planejamento, que vêm ao Banco para reuniões articuladas de trabalho, como é o caso também do BNDES, em que o Dr. Luís Carlos não pôde aqui estar presente e está representado pelo novo diretor, a quem eu desejo saudar, Dr. Paulo Hartung, responsável pela nova diretoria que por certo irá incrementar a atuação do Banco, para o desenvolvimento regional e social. Enfim, agradecemos a todos os parceiros que nos têm auxiliado na construção desse desenvolvimento sustentado para a região nordestina.

Finalmente, ao empresariado do Nordeste, o cliente do Banco, o agente produtivo, de todos os portes e setores de atividade, que com seu esforço, criatividade, confiança e capacidade de correr riscos tem atuado junto conosco e devo dizer que reconhecemos nele a razão da própria existência do Banco, pois é ele o verdadeiro promotor do desenvolvimento nacional. Portanto, a jornada continua. Muito Obrigado a todos.

Mestre de cerimônia

Senhoras e senhores, o Dr. Byron Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, recebeu da Comunidade Solidária a seguinte mensagem:

Brasília, 14 de julho de 1997.

Senhor Presidente,

Muito me alegra poder participar das comemorações pelos 45 anos do Banco do Nordeste por meio da presente mensagem, de que faço portadora a Dra. Anna Peliano. Peço que, ao receber meus mais sinceros cumprimentos, os transmita ao corpo de diretores e funcionários do banco pelo eficiente trabalho que vem sendo realizado por essa instituição.

A atuação do Banco do Nordeste tem sido extremamente importante, particularmente na área social. É gratificante verificar que esta instituição tem-se colocado a serviço da comunidade, buscando impulsionar o desenvolvimento social e econômico do Nordeste por meio de ações inovadoras e criativas.

Quero destacar, em especial, as importantes iniciativas na gestão e na articulação de crédito para microempreendimentos.

Congratulo-me com a criação do programa “Agentes de Desenvolvimento”. O trabalho levado a efeito pelos agentes renova o conceito da instituição bancária, uma vez que desloca funcionários das agências até as mais distantes comunidades, levando informações, meios e recursos aos segmentos mais necessitados. O Banco do Nordeste passa, assim, a atuar de maneira ativa, buscando atender à população que nem sempre tem meios de se deslocar até os locais onde se situam as agências bancárias.

Na certeza de que o sucesso continuará sendo uma consequência do trabalho eficiente dessa instituição, Atenciosamente, Ruth Cardoso, Presidente da Comunidade Solidária.

Ouviremos em seguida o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Pedro Malan.

Pedro Malan

Muito obrigado. Exmo. Sr. Dr. Marco Maciel, Vice-Presidente da República do Brasil, Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. Tasso Jereissati, através do qual eu quero estender os meus mais sinceros cumprimentos a todos os governadores aqui presentes. Cada um deles sabe a admiração e o respeito que tenho pela maneira corajosa e determinada com que vêm enfrentando as questões nada triviais, devo dizer, de gerir finanças públicas sem a ajuda significativa da vergonhosa inflação que tivemos durante 30 anos nesse País.

Sabemos todos quão difícil e quão diferente é esta gestão e eu cumprimento os governadores pelas corajosas e difíceis decisões, problemas e dificuldades que vêm enfrentando e nas quais não faltou e não faltará a cooperação do Governo Federal, sem a expectativa de que caiba ao Governo Federal resolver problemas que temos que enfrentar juntos.

Exmos. Srs. senadores, que desempenham com competência política a árdua tarefa de compatibilizar a defesa dos interesses não só de seus estados como das populações de seus estados com as preocupações, com os interesses do País em seu conjunto e com a defesa do erário. Exmo. Sr. Byron Queiroz, presidente do Banco do Nordeste, através do qual eu quero não só estender meus cumprimentos ao funcionalismo, ao corpo técnico do Banco do Nordeste, pelo qual eu tenho de longa data uma grande admiração, como também aproveitar a oportunidade para desejar à instituição felizes próximos 45 anos.

Exmos. Srs. deputados federais aqui presentes, aos quais eu gostaria de estender a mesma homenagem que acabei de fazer aos Srs. senadores; Sr. Prefeito de Fortaleza, essa fraterna, admirável e hospitaleira cidade que tanto nos encanta; Sr. Vice-governador, demais autoridades civis e militares, senhores empresários, meus ex-colegas de profissão economistas, hoje associados à ANPEC, associação de cujas origens participei, funcionalismo do Banco do Nordeste, senhoras e senhores.

Deixem-me começar – para usar o jargão da imprensa – com um gancho, informação que, estou seguro, todos da mesa dela estão cientes mas talvez não seja compartilhada por todos do auditório e acho que ela tem um significado emblemático. Hoje, pouco depois das duas horas da tarde, foi vendida a última malha que restava da Rede Ferroviária Federal, a malha do Nordeste. Foi vendida por R\$ 15,8 bilhões, um ágio de 37,8% sobre o preço mínimo estabelecido para o leilão.

Queria chamar atenção para o fato de que esse percentual, esse ágio foi o mais elevado de todos os ágios observados nas vendas de todas as outras malhas da antiga Rede Ferroviária Federal. Isso tem um significado que eu considero expressivo, porque alguns anos atrás, quando nós dissemos que íamos caminhar para entregar a Rede Ferroviária Federal, não vender, mas entregar a sua operação a operadores realmente competentes e eficientes na gestão de transporte de cargas, pois aquilo era de interesse do País, não faltou quem ironizasse a tentativa, em particular, devo dizer com tristeza, no que diz respeito à malha Nordeste. Diziam: “é possível que sejam vendidos alguns filés mignons na parte do Sudeste, mas a malha ferroviária do Nordeste não terá comprador, o governo terá que bancar aquilo.” Pois bem, teve hoje o maior ágio de todos aqueles observados na venda de todas as outras tramas da Rede Ferroviária Federal.

Eu queria aproveitar a oportunidade para fazer um comentário sobre esta questão que alguns chamam de privatização e não consideram algo que seja defensável. Ela o é, eu queria dizer aqui, e não é por nenhuma razão de natureza política ou ideológica. A razão é de um pragmatismo responsável de alguém que está pensando no Brasil e no seu futuro. Tentam colocar rótulos nessa postura, que vem sendo explicada com a maior transparência pelo governo desde o início.

No primeiro semestre de 1995, quando nós apresentamos ao Congresso as propostas de mudança da Constituição que permitiam a retirada dos óbices, obstáculos, dificuldades ao aumento da participação do setor privado nacional e estrangeiro em áreas como telecomunicações, energia elétrica, petróleo, transportes, mineração, distribuição de gás, nós apresentamos aquilo como uma necessidade do País. Nós dissemos claramente: não é o governo Fernando Henrique Cardoso que precisa disso. O Brasil precisa de uma expansão, uma modernização e uma maior eficiência em todas essas redes de sua infra-estrutura básica.

O setor público brasileiro, não tenhamos ilusões, não tem a menor condição de realizar a expansão que o País necessita, e, portanto, é um ato que não tem nada de político nem ideológico nem de qualquer desse rótulos com que alguns preguiçosos costumam tentar simplificar as coisas. É um ato de pragmatismo responsável de alguém que está olhando anos à frente do País: isto aqui interessa ao País e portanto foi proposto assim que foi entendido, assim que foi aprovado pelo Congresso Nacional, e esses resultados estão surgindo agora, com essas participações do setor privado nacional e estrangeiro nessa expansão dessas redes de infra-estrutura que interessam ao País.

Eu anotei aqui o comentário de que num dos painéis do dia de hoje tenham dito que isso é responsabilidade do setor público. Infelizmente, o setor público brasileiro, na situação em que se encontra hoje, não tem as condições de realizar essa expansão que o País demanda e, portanto, o que nós estamos fazendo é algo que defendemos com tranqüila convicção em qualquer foro, qualquer que seja o foro estamos convencidos que é o que interessa ao País no momento e não há nada de ideologia ou de política nessa questão. Eu gostaria de deixar clara a minha posição, que é a posição do governo brasileiro, do atual governo.

Eu queria aproveitar a oportunidade, já que estou nessa marcha, para dizer que são três as razões que justificam a continuidade do processo de privatização. Uma delas é que, via de regra, na esmagadora maioria dos casos, o setor privado é melhor gestor desse tipo de empresa do que o setor público, porque não está sujeito a certas peias, como leis de licitação que colocam em desvantagem comparativa a gestão pública frente à privada que com ela compete; as empresas privadas não estão sujeitas a determinados tipos de interferências políticas que, infelizmente, tivemos no passado, estão expressas e refletidas nos livros dessas instituições e ainda hoje são fenômenos que têm que ser tratados; portanto, existe uma primeira razão de natureza de eficiência. A logística de transporte do Nordeste, por exemplo, ao longo dos próximos anos, melhorará consideravelmente, não tenham dúvida, com a operação privada da trama da Rede Ferroviária Federal nesta Região.

A segunda razão é de natureza fiscal. É que nós, ao retirarmos do setor público o ônus de capitalizações de empresas, de arcar com déficits de empresas, como era o caso da Rede Ferroviária Federal, e significativos, nós estamos contribuindo para reduzir o déficit fiscal do setor público, a poupança negativa, a despoupança do setor público, que é um elemento fundamental da consolidação do programa de estabilização.

E tem uma terceira razão que para nós é tão ou mais importante que as outras duas, que é a seguinte: são considerações de natureza social, porque ao deixar para o setor privado coisas que o setor privado faz melhor que o setor público, nós estamos permitindo a canalização de recursos públicos escassos para onde importa, hoje, no Brasil, que é investir em gente, em educação básica, em saúde básica, em infra-estrutura que permite melhores condições de vida à maioria da população; e não ter o setor público tratando de atividades diretamente produtivas, que são melhor desempenhadas se deixadas ao setor privado.

Portanto, é esse conjunto de razões que, volto a insistir, alguns podem achar que são de natureza político-ideológica. Para nós, para mim, são razões de ordem pragmática e deveriam ser respondidas com argumentos também pragmáticos, tanto quanto possível fosse, e não com rótulos.

Minha intenção era apenas dar o anúncio, para quem não soubesse ainda, da venda da malha Nordeste, hoje, da Rede; acabei me estendendo mais do que devia, mas esse é o tema que está por trás do que eu vou dizer agora, sobre a discussão de hoje, do painel que tive a honra e a satisfação de presidir antes desse encontro, que diz respeito ao Nordeste, ao Banco do Nordeste e seu futuro, no qual eu quero mais uma vez aqui expressar a minha confiança, porque estou certo: o Brasil mudou, o Brasil está mudando e o Brasil mudará. O Nordeste também mudou, está mudando e mudará, assim como o Banco do Nordeste mudou, está mudando e mudará.

Não quero fazer mais uma digressão, que já tive oportunidade de fazer em outras ocasiões, aqui mesmo na Região, sobre a história do pensar sobre o Nordeste, ou do agir sobre a realidade nordestina, ou da reflexão e dos resultados, das tentativas, dos acertos e dos erros ao longo das últimas décadas – e o Banco do Nordeste, sua criação, há 45 anos, é parte desse processo, assim como é a criação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – e eu lembro a influência que tiveram sobre mim os trabalhos do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN, e o papel central que Celso Furtado teve nesse pensar naquela época, e Celso Furtado foi para mim, como para gerações de economistas, uma das mais luminosas influências em termos de pensar o Nordeste no Brasil e o Nordeste e o Brasil no mundo, e uma visão do futuro que eu acho que é importante que seja mantida aqui com confiança no futuro da Região.

Eu não quero, portanto, falar sobre o passado. Hoje no painel nós voltamos a mostrar que houve instâncias no passado em vários outros países. O professor Werner Bäer mostrou a experiência do *Tennessee Valley Authority* americano nas decisões estratégicas de localizar indústrias bélicas em algumas regiões menos desenvolvidas do País, à época; é conhecida a experiência italiana de tentar diminuir a diferença que existia entre o desenvolvimento (lá, no caso, é o contrário: o Norte desenvolvido e o *mezzogiorno* subdesenvolvido da Itália); é sabida a experiência de cerca de décadas já da União Européia, de ter um sistema de transferências para regiões menos desenvolvidas da Europa, que continua até hoje. E quem quer que se dê ao trabalho de olhar a nossa própria experiência verá que ao longo de décadas também essas transferências constitucionais e voluntárias vêm tendo lugar.

Eu lembrei aqui, no painel de hoje à tarde, que no início do regime militar, no final da década de 60, o Governo Federal transferia para estados e municípios menos de 10% de sua arrecadação de Imposto de Renda e IPI. Hoje essa transferência, obviamente com um volume de recursos muitíssimo superior, porque aumentou a dimensão, e muito, da economia brasileira, chega a quase 50% desse total. Para não

fazer referência às transferências voluntárias, aos convênios, aos gastos e projetos de investimento em infra-estrutura de toda ordem.

E eu notei aqui (parece óbvio mas às vezes vale repetir): o Governo Federal não é um ente territorialmente localizado. Ele não gasta no Governo Federal. Todo e qualquer gasto do Governo Federal é feito em municípios, que por sua vez são parte integrante de estados, e portanto é um volume expressivo de recursos que a União, que a sociedade como um todo redistribui de alguma maneira; e a própria definição das transferências de fundos de participação de estados e municípios, se levado em conta o inverso da renda *per capita*, é uma indicação de que é uma transferência que tem o propósito de contribuir ao longo do tempo para reduzir desigualdades na distribuição regional da renda e da atividade econômica.

Mas quando eu digo que o Brasil mudou, está mudando e mudará, julgo importante chamar a atenção para essa mudança estrutural. Nós não estamos mais hoje produzindo as mesmas coisas que produzíamos no passado; não estamos mais produzindo da mesma maneira que o fazíamos no passado e, importante para a Região, não estamos fazendo nas mesmas regiões, nos mesmos lugares que fazíamos no passado. Estou seguro que as informações que já se acumulam e serão todas confirmadas por censos futuros mostrarão uma enorme descentralização e desconcentração da atividade econômica no Brasil.

Isso na indústria é patente. Até há pouco mais de 10 anos, 15 anos, sinônimo de indústria no Brasil era o ABCD paulista. Hoje em dia, indústria no Brasil é obviamente São Paulo, não mais só ABCD mas interior, mas é também Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. No *agribusiness* está havendo uma transferência de indústrias de cereais para a região Centro-Oeste, como grande pólo produtor de grãos no Brasil; a estrutura e a logística de transporte nesse País está também se modificando.

O Brasil mudou, e o Nordeste está mudando com ele. Em algumas áreas o Nordeste está, até mesmo, mudando à frente do Brasil. Alguém notou que o Nordeste cresceu mais rapidamente que o Brasil, quando se considera um período mais longo de tempo; e as mudanças são palpáveis, para quem viu o Nordeste no passado. Eu vim ao Nordeste, pela primeira vez, já lá se vão 30 anos, fiz viagens de carro de Recife até Fortaleza, pelo interior, e passei recentemente pela experiência de comparar os números da época e os números de hoje, constatando o desenvolvimento impressionante que vem tendo lugar aqui.

Um fato que se há de reconhecer é que somos um país de carências sociais gritantes. Nós temos, sim, problemas de miséria, de pobreza, de opressão, de violência, de injustiça, de desequilíbrio na distribuição pessoal, social, regional da renda e, portanto, sempre haverá espaço para discursos que chamam a atenção para isso. Temos problemas não resolvidos na área social, é verdade, mas eles estão sendo equacionados.

E o pior, o mais grave dos equívocos, será imaginar que esses problemas possam ser resolvidos de maneira duradoura através do recurso a posturas que trazem de volta o processo inflacionário. E nós nunca cansaremos de repetir: o processo inflacionário, na verdade, é uma tributação sobre os pobres. Aqueles que têm uma postura leniente, complacente, negligente com a inflação, no fundo, às vezes sem o dizer, ou sem o saber, estão dizendo: “seria tão fácil resolver alguns desses problemas: bastava aquela inflação crônica, alta e crescente, para erodir em termos reais alguns problemas que temos hoje,

que exigem decisões difíceis. Por que não aceitar um pouco mais de inflação, em troca de um pouco mais em termos de tentativa de reduzir nossos desequilíbrios sociais?”

Isso seria um equívoco lamentável, porque o que nós teríamos com mais inflação seria um engodo; estaríamos mais uma vez iludindo o povo. Na verdade, quando estávamos concedendo algo generosamente com uma mão, com a outra subreptícia, escondida, da inflação, estávamos retirando, via imposto inflacionário, o ganho nominal que generosamente parecia que estava sendo concedido. Portanto, não há salvação com inflação.

Acho que três anos é um prazo curto para um país que teve 30 anos de cultura inflacionária, mas a minha esperança é que estamos caminhando para a maioria da população brasileira perceber que é de seu interesse a estabilidade relativa do poder de compra da moeda. Que embora o canto de sereia da inflação, que tão facilmente parecia que estava resolvendo o problema no passado, ainda existir entre nós, saibamos que não é por aí. Não resolveremos nossos problemas através de posturas que desrespeitem restrições orçamentárias, que proponham o aumento de gastos sem identificar qual é sua fonte não inflacionária de financiamento, que proponham o aumento de gastos sem indicar onde é que vai ser cortado, para permitir a expansão do gasto, sempre justificado e muitas vezes legítimo, na área que se pretende expandir. Penso que essas questões estão começando, mesmo com um atraso enorme, a integrar a maturidade e a racionalidade do debate econômico e a maturidade do debate político nesse País. Pelo menos esta é a minha esperança.

Eu vejo, por exemplo, o que se faz hoje no Nordeste. Meu interesse por esta Região começou décadas atrás, quando estabeleci relações de amizade, que carrego até hoje, com o Albert Rischman, por exemplo, quando estudamos juntos o mecanismo do 34/18, no final da década de 60; com Judith Tendler, que acabou de lançar um livro que, não vi mas me disseram, procura fazer algo que nós deveríamos estar procurando fazer: experiências que dão certo. E ela tem no livro inúmeras demonstrações de experiências que estão dando certo aqui no Nordeste e no Brasil.

Agentes de Desenvolvimento, que o Byron mencionou aqui, que recebeu merecido e justo prêmio da Comunidade Solidária, é exemplo de uma experiência que está dando certo. A Judith menciona várias outras, muitas delas têm a ver com o fenômeno que acho que foi um dos participantes do painel de hoje, o Panagides, que disse: uma sociedade moderna, completa, diversificada e heterogênea como é a nossa, mas uma democracia pluralista, precisa de instâncias outras intermediárias entre o Estado e o mercado. E nós as temos, felizmente. A Judith mostra, pelo que li na imprensa americana, que essas experiências bem sucedidas são tão mais bem sucedidas quanto mais há o envolvimento e o reconhecimento, por parte da população que recebe o serviço, do empenho, da dedicação e do interesse do servidor público, no caso o servidor do Banco do Nordeste, em procurar a identificação e a solução de problemas.

Tudo isso me faz expressar uma certa confiança no futuro do Brasil e no futuro do Nordeste. Não é uma confiança ingênua e irresponsável. É uma confiança baseada no que já foi feito e no conhecimento ou reconhecimento do muito que resta por fazer, das restrições que existem e da idéia de que devemos ter pragmatismo e não promessas fadadas a serem frustradas e que serão cobradas mais adiante.

Eu queria concluir com a menção a um livro que li agora, numa viagem recente à Argentina, do fantástico escritor argentino Jorge Luís Borges. Ele escreveu um manifesto aos argentinos, já lá se vão 50 anos, que, até recentemente, vinha não

desejando que fosse republicado. Com a morte de Borges, o livro veio a lume mais uma vez. É um manifesto dirigido aos argentinos nos idos de 1926, e que tem um título que foi o que me atraiu. Chama-se *El tamaño de mi esperanza* (O tamanho da minha esperança) e é um belíssimo artigo. Na verdade, Borges diz aos argentinos que eles têm todas as condições de, sem macaquices, sem aceitação a crítica de modelos e sugestões vindos de fora, projetar seu próprio futuro como utopia. E diz uma frase que achei, pelo menos em Espanhol, belíssima, não sei como soará em Português, que diz que o futuro, antes de se transformar em presente, que é a que todo futuro está condenado um dia, tem por ofício fazer alguns ensaios, e esses ensaios assumem forma da esperança. Portanto, ele diz: “a esperança é a memória do futuro”. E é sobre esse ensaio, sobre a memória do futuro, aquilo que a Argentina poderia vir a ser, caso fosse capaz de equacionar os seus problemas, o tom desse manifesto.

Acho que, no Brasil, depois de um período de recaídas meio ambíguas e ambivalentes, em que nós oscilávamos entre um certo complexo de inferioridade, uma certa dependência cultural, para uma atitude totalmente agressiva, puramente emotiva, que também não leva a coisa nenhuma, nós estamos, felizmente, cada vez mais adquirindo maior racionalidade em termos do nosso debate econômico, mais maturidade em termos do nosso debate político, e maior consciência de que nós temos enormes e profundos desafios em várias áreas – não só na área econômica e financeira, mas também institucional, de construção institucional; nós estamos reconstruindo o País, em particular na dimensão do setor público, e reestruturando o setor privado. Temos maior consciência dos desafios envolvidos, de que eles tomam tempo e não dependem apenas de Governo Federal; dependem das três instâncias de governo e também da ação concertada do Executivo com o Legislativo, com o Judiciário, com a sociedade em geral, com a opinião pública, nessa tarefa de reconstrução na qual estamos e estaremos, nós brasileiros, empenhados ao longo dos próximos anos.

Eu quero terminar com a expressão da minha confiança, não no futuro imediato, pois nenhum desses problemas mais graves que nós temos será resolvido em um par de anos e quem promete isso é demagogo e charlatão; não será resolvido em um par de anos, mas eu acho que é importante ter um rumo, um sentido de direção e de propósito; ter uma capacidade de discernir o certo e o errado e explicar: “olha, é assim que nós estamos vendo a situação, é esta aposta que nós estamos fazendo e essas são as razões que nos motivam e que nos levam a agir dessa maneira”. Com tranquilidade, com convicção e com a esperança de que hoje ela representa a memória do futuro, que esperamos para o Brasil e para o Nordeste e para nossos filhos e nossos netos. Muito obrigado a todos pela atenção, desculpem ter-me estendido demais, ter saído totalmente do tema, mas é que às vezes eu me deixo levar pelo entusiasmo. Muito obrigado a todos.

Mestre de cerimônia

Senhoras e senhores, vamos ouvir agora a palavra do Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati.

Tasso Jereissati

É sempre bom e sempre importante, e até prova de que o Brasil realmente está mudando, quando nós vemos o Ministro da Fazenda se deixar levar pelo entusiasmo e até dizer frases poéticas. Isso prova que o Brasil de hoje, o Brasil do presidente Fernando Henrique Cardoso, o Brasil de todos nós brasileiros é realmente outro. E outro que, como disse o ministro, aponta para um futuro de muita esperança, baseado já no que está acontecendo no presente. Mas, acima de tudo, de muitos desafios. Porque mais do que em outras regiões do mundo, me parece que o Brasil, em todas as suas instituições, em todos os seus níveis, sofre ao mesmo tempo dois choques: um choque tão falado e que já foi tão discutido aqui, da globalização e dos problemas da inserção das economias do mundo entre si, mas nós sofremos também o que tem todo o seu lado positivo: o choque da estabilidade da moeda, o que leva a repensar, remodelar todas as instituições, sejam privadas, sejam instituições públicas.

Com certeza, um país com estabilidade e que traz ao longo da sua história uma longa cultura inflacionária, precisa realmente sair do acomodamento, do deixar como está, e que hoje, por incrível que pareça, é bandeira daqueles que se dizem progressistas. Os progressistas de hoje (progressivas entre aspas) querem que tudo fique como está; qualquer proposta de mudança em qualquer área é imediatamente refutada por eles, que parecem até saudar o Brasil do passado. Até parece que o Brasil do passado ia muito bem, que o Brasil da saúde ia muito bem, porque se há mudança na saúde existe uma reação muito grande; que o Brasil da educação ia muito bem, porque se há mudança nos projetos e propostas para a educação há uma reação muito grande; o Brasil dos serviços públicos, durante esses últimos 20 ou 30 anos, ia muito bem, porque nada pode mudar, tudo deve ficar como está.

Nada mais difícil, ou nada mais perigoso para quem está no governo – e aqui nessa mesa vejo vários que já foram ou são governadores –, para quem está no poder, que propor mudanças estruturais profundas, principalmente se esse poder já está, já deveria ou poderia estar acomodado na grande vitória do Real, como é o caso do Governo Federal, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas a acomodação é o maior engano que existe, pois ela, apesar de no primeiro momento ser aparentemente mais tranquila, com certeza neste novo mundo da estabilidade da moeda e da globalização trará tormentas, e às vezes tormentas que podem ser fatais.

Por esta razão, eu venho, com certeza falando em nome de todos os governadores, saudar o Banco do Nordeste, que percebe este momento de mudanças por que passa o mundo, por que passa o País e, com certeza, passa mais ainda a nossa Região, e propõe e faz mudanças profundas na sua estrutura, não se acomodando no seu passado ilustre, seu passado também cheio de vitórias, mas que, com certeza, se fosse mantido como era, traria desastre para a instituição e para toda a Região, pois o Banco do Nordeste é hoje e se torna cada vez mais – até porque avançou em relação às outras instituições de desenvolvimento do Nordeste – a mais importante peça de desenvolvimento regional. Esta é a principal razão da minha fala, já que tudo foi exposto aqui com muita clareza, com muita inteligência por todos que me antecederam. Eu queria dar estes parabéns ao Banco do Nordeste e dizer que, evidentemente, uma mudança profunda só se faz com insatisfações, com atritos, com reações, porque de outra forma elas não seriam mudanças verdadeiras.

Os acomodados no passado, os deitados em berço esplêndido, sempre tendem a se agarrar de uma maneira desesperada no seu castelo de privilégios que foram construídos durante tantos e tantos anos. O Banco do Nordeste, comparado então a outras

instituições de desenvolvimento regional, vem comprovar mais ainda a tese de que, independente de apoio político, maior prestígio político desta ou daquela instituição, aquela que parte na frente, não se acomoda, realmente se prepara para o futuro, enfrenta as dificuldades e enfrenta os desafios, ela naturalmente começa a preponderar. E nós vemos instituições aí importantíssimas para o Nordeste, que ainda não perceberam este momento e, apesar de todos os esforços, vão ficando velhas, vão ficando caducas e vão desaparecendo no cenário, sem que mesmo haja qualquer tipo de interferência com intenção política de quem quer que seja.

Portanto, eu queria parabenizar o Banco do Nordeste, todos aqueles que fazem o Banco do Nordeste, principalmente o seu corpo de funcionários, que está percebendo a importância deste momento e que, tenham certeza, se o Banco do Nordeste já foi importante no passado ele vai se tornar muito mais importante neste novo e promissor futuro do Nordeste do Brasil. Muito obrigado.

Mestre de Cerimônia

Senhoras e senhores, encerrando esta solenidade ouviremos a palavra do Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

Marco Maciel

Vou começar contando uma história. Certa feita, numa cidade do interior de Pernambuco, fui convidado por um vereador a participar de uma cerimônia. Depois que todos falaram, perguntei ao vereador se ele não gostaria de falar e ele disse: “não, eu prefiro ficar como expectorante”. Eu diria aqui que, depois dos discursos que ouvi, eu preferia permanecer como “expectorante”, ou seja, como expectador, não ter que falar. Foram de fato excelentes manifestações, todas elas extremamente oportunas e enfocando diferentes aspectos da vida brasileira, alguns deles extremamente importantes para que nós possamos fazer uma reflexão sobre o Brasil e, de modo especial, sobre a nossa Região.

Por isso, quero dizer que fico muito satisfeito em verificar que estamos aqui num bom caminho, sob a liderança do Banco do Nordeste, que promove, como aqui foi mencionado, um esforço extremamente importante para que, de fato, a Região nordestina se afirme no País e assim nós possamos construir uma proposta de desenvolvimento harmônico e integrado, que nós desejamos para o Brasil.

Falar portanto do Banco do Nordeste, ao lado de outras instituições como a Sudene, a Chesf, Codevasf, DNOCS, é sobretudo falar da história do desenvolvimento da Região. E ninguém pode deixar de reconhecer que o Banco do Nordeste ocupa e desempenha, cada vez mais, um papel mais destacado nesse processo, o que é, não podemos deixar de reconhecer, extremamente importante para a economia da Região.

Isso ajuda a explicar por que, como lembrou o ministro Pedro Malan há pouco, o Nordeste vem crescendo cada vez mais a taxas mais altas do que o restante do País, sobretudo as regiões mais dinâmicas, sobretudo regiões Sul e Sudeste. Significa dizer que, embora ainda seja extremamente elevada a defasagem do Nordeste *vis-à-vis* de outras regiões do País, nós já começamos a reduzir o hiato, o fosso que nos separa, o que nos permite antever, certamente, um futuro melhor para a Região e

conseqüentemente, como disse há pouco, um desenvolvimento mais orgânico, mais integrado do País.

Considero que o êxito do desenvolvimento do Nordeste se apóia basicamente pelo fato de que nós chegamos, naturalmente depois de muitos erros mas também depois de muitos acertos, à conclusão de que o processo de desenvolvimento é por natureza um processo endógeno. Isto é, que o processo de desenvolvimento é um processo que construímos dentro de nós mesmos. Ou seja, que não há um crescimento de fora para dentro; que nós é que devemos construir o nosso caminho, o nosso itinerário. Portanto, que deve ser algo que deve brotar nas nossas próprias entranhas, ou seja, das entranhas da própria sociedade.

E é isso que nós podemos verificar aqui. O Banco do Nordeste começa naturalmente com essa percepção de que, ao longo da sua história, era fundamental ter uma proposta que fosse a nossa proposta para o desenvolvimento da Região, a partir do reconhecimento dos nossos problemas e da análise de formas de resolvê-los. A partir daí é que nós começamos a verificar que estamos no caminho certo. Porque estamos reconhecendo que o desenvolvimento do Nordeste vai depender não apenas do apoio do Governo Federal, não apenas da nossa integração com o restante do País, mas vai depender também, e sobretudo, da nossa capacidade de crescermos organicamente, ou seja, de crescermos a partir do diagnóstico dos nossos problemas e da busca das suas soluções. Então, isso para mim é muito importante. Enfim, porque eu cada vez mais tenho convicção, quase certeza, de que não há desenvolvimento de fora para dentro.

Já houve no passado quem dissesse que o Plano Marshal teria sido uma proposta capaz de promover o desenvolvimento da Europa no pós-guerra e até de alguns países da Ásia, mas admitir que foi o Plano Marshal que criou, que propeliu o crescimento da Europa, o processo de *aggiornamento* da Europa após a guerra, seria um grave equívoco. É lógico que a ajuda externa pode ajudar, mas não resolve. É fundamental, portanto, que nós tenhamos a compreensão desse fenômeno.

Outra constatação extremamente importante que aqui podemos verificar, das manifestações que ouvi, é que o fato de o processo de desenvolvimento ser endógeno não quer dizer que ele seja autárquico; ou seja, é fundamental que nós sejamos capazes de tentar pôr a economia da Região não somente em parceria com a economia de outras regiões, mas que nós possamos olhar além das nossas fronteiras. Aliás, talvez pelo fato de sermos um país de dimensões continentais – quando o Papa João Paulo II veio ao Brasil, na segunda visita, ele disse que o Brasil era um continente dentro de um continente –, nós não sentimos a presença das fronteiras e isso naturalmente nos induz, muitas vezes, a uma posição de buscar sempre auto-suficiência dentro das nossas próprias fronteiras, dentro do nosso próprio território. E o que o mundo está mostrando hoje, cada vez mais – e é isso que está sendo feito aqui no Nordeste –, é que não há um processo de desenvolvimento que não se insira na economia internacional. E aí a importância de o Nordeste estar participando, aqui e agora, como lembrou o presidente Byron Queiroz, desse grande processo de integração na economia, não somente na economia nacional mas na economia internacional.

O mundo, neste final de século, é o mundo da chamada mundialização, ou seja, da integração dos mercados econômicos, da volatilidade dos capitais, da grande revolução científica e tecnológica; é o mundo também em que parece que as fronteiras ficam menos nítidas, pelo menos sob o ponto de vista das relações econômicas e, sobretudo,

comerciais. Então nós temos que ser capazes de olhar além dos nossos limites e, mais do que isso, além das nossas fronteiras.

E é o que acontece também aqui, ou seja, a percepção de que nós precisamos também nos inserir mais nesse grande movimento que vive o País, de inserção na economia externa. E aí é bom lembrar que o Brasil realiza talvez o mais bem sucedido processo de integração econômica, através do Mercosul, e esse processo de integração está, na minha opinião, de alguma forma também favorecendo o Nordeste. Se nós olharmos por exemplo – apenas vou brandir um número – o que aconteceu de 91 a 96, nas exportações nordestinas, ou o comércio exterior Nordeste-Mercosul, nós vamos verificar que houve incremento muito acentuado. Saímos de US\$ 150 milhões em 1991 para em torno de US\$ 500 milhões, quase isso, em 1996. Significa também que esse processo de integração é um processo que também nos interessa. Ou seja, que é possível combinar um processo endógeno de crescimento, um processo autóctone, querido por todos nós, com um processo de integração, com o processo, portanto, de extroversão.

Por isso eu acredito que estamos também aí no caminho certo e, na proporção que esse processo de integração se amplia – porque o Mercosul passa a ser não apenas aqueles quatro principais países do Cone Sul, mas agora se agregam o Chile, a Bolívia, e esperamos, quem sabe até o fim do ano, ter a Venezuela e, possivelmente mais adiante, em torno da virada do século, poderemos pensar na Alcsa, que seria talvez uma Associação de Livre Comércio dos Países da Sulamérica, ou seja, um mercado comum, se assim posso dizer, dos países da América do Sul –, naturalmente a posição do Nordeste ainda ficaria mais destacada, na proporção em que nós começaríamos a integrar os países que são países limítrofes da chamada área norte do País.

Tudo isso naturalmente iria ajudar, e muito, a fazer com que se catapultasse ainda mais a nossa economia e se permitisse uma maior inserção nessas grandes transformações que vive o mundo e que são importantes para a região Nordeste. Inclusive essas transformações no campo da ciência e da tecnologia. E isso também – porque o processo de criação da Alcsa em nada se conflita – nos ajuda a nos colocarmos também em contato, quando e se for o caso, com a ALCA e com a chamada União Européia. Então tudo isso se tece de maneira, a meu ver, orgânica e integrada. E é o que nós podemos verificar aqui, quando olhamos o que se passa no Nordeste, e se passa de modo particular no Banco do Nordeste, que é uma casa que já tem enorme tradição histórica e que agora, o que é importante lembrar, vive um grande processo de renovação e de transformação; e de alguma forma eu diria que tudo isso se insere também dentro de um projeto maior de Brasil.

Conseguimos, como aqui foi lembrado, a estabilidade política, que é importante, mas conseguimos também, o que não é menos importante, agora, a estabilidade econômica, nos livrando daquilo que disse o ministro Malan, do vírus da inflação, que era uma moeda – vou usar uma expressão de Paul Johnson – desonesta. Ele usou a expressão, certa feita, argumentando que a inflação não apenas comprometia a economia mas distorcia também as relações sociais no Brasil. Enfim, a cultura da inflação, ou seja, a cultura da especulação, que a inflação gerava, era algo que se opunha a uma ética do trabalho, e portanto era algo que trazia enormes seqüelas ao País, não só sob o ponto de vista monetário e econômico, mas social e até cultural; e já que conseguimos a estabilidade política e a estabilidade econômica, esses fatos podem nos ajudar a fazer com que o Nordeste sonhe em ter de fato um futuro melhor; e que esse sonho pode se converter em realidade.

É isso o que está acontecendo, a meu ver, no Brasil dos nossos dias, sob a liderança do presidente Fernando Henrique Cardoso. Estamos sentindo, todos nós, que o Brasil dá um salto, que pela primeira vez na sua história há uma confluência de fatores positivos, mas que não ocorreram por acaso; que eles foram de alguma forma construídos; de alguma forma eles têm uma tessitura que guarda uma certa consistência e que, certamente, nos asseguram o futuro; e mais, que é possível, portanto, prever o futuro. Prever um futuro que nós certamente vamos realizar.

Certa feita, a filha de Tolstoi, falando sobre a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, disse: “aqui até o passado é imprevisível”. Avalie se nós podíamos, num país que tinha inflação, prever o futuro? Seria muito mais difícil. Então, hoje já podemos prever o futuro; e, como disse o ministro Malan, podemos ter a convicção de que o futuro é algo que se tornará presente e, sendo assim, certamente assegurará ao País condição de ser não somente uma nação democrática, não somente uma nação desenvolvida, mas também uma nação justa; e isso parece ser o grande sonho, a grande aspiração do povo brasileiro.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, naquele seu programa Mãos à Obra, disse uma frase que eu acho lapidar: o Brasil não é mais um país subdesenvolvimento mas o é ainda, e infelizmente, um país injusto. E estamos criando as condições no Brasil para termos um país não somente democrático e desenvolvido, mas também um país justo.

Por isso eu considero isso como fatos positivos. Nos preparamos para ingressar no novo século e, mais do que isso, no novo milênio, e o que é muito significativo para o Brasil é que a virada do século, o início do chamado terceiro milênio da era cristã, vai coincidir também com os 500 anos da nossa descoberta e do nosso encontro de culturas. E o que nós esperamos é que nesse período já estejamos realmente não somente com a convicção de ter consolidado um projeto político, mas, sobretudo, de ter definido também um projeto econômico. E aí, certamente, poderemos ter a convicção de que o País realizou o seu sonho. O seu sonho que certamente vai depender ainda de muito trabalho de todos nós. Porque os nossos problemas, embora encaminhados e bem encaminhados, não estão resolvidos; mas certamente nós poderemos ter essa expectativa de futuro. Ou seja, um futuro que realmente seja a realização dessas nossas aspirações.

Quando nós entoamos o Hino Nacional, dissemos que o Brasil tinha um sonho intenso. E acho que esse sonho agora se tornou possível; o sonho da justiça, o sonho da democracia, o sonho do desenvolvimento. E isso é uma tarefa que pertence a todos nós agora. Que certamente é algo que poderemos comemorar ainda nesses tempos de transformações e de mudanças. Por isso eu concluo as minhas palavras felicitando mais uma vez o Banco do Nordeste, seus dirigentes, seus funcionários, mas de modo especial cumprimentando todos aqueles que de forma direta ou indireta concorrem para que nós, ao final, realizemos o nosso destino de nação. Uma nação atenta ao que o homem precisa: de pão, espírito, justiça e liberdade. Muito obrigado.